

Evolução Científica Forense

A Revista Brasileira de Criminalística (RBC) foi angariada com novo Qualis A2 na última avaliação da CAPES. Esta notícia mostra os excelentes trabalhos enviados por todos os autores dedicados a evolução científica. Também mostra esforço contínuo, e voluntário, dos revisores que dedicaram tempo livre para ciência forense nacional. Ainda, os editores de seção que muito o fazem para, também de forma voluntária, manter a revista ativa e fluindo em direção de cada nova edição. Por fim, esse patamar alcançado é fruto de degraus subidos por todos editores chefes e diretores da revista, os quais posicionaram ela no mais alto patamar atingido agora.

Esse reconhecimento reflete a qualidade dos artigos publicados e a relevância das pesquisas para a comunidade científica e para a perícia criminal no país. Parabenizamos todos os autores que escolheram a RBC como veículo para divulgação de seus trabalhos e contribuições ao desenvolvimento do conhecimento forense.

Continuando com o esforço contínuo, várias mudanças irão acontecer no âmbito editorial da revista para inclui-la nas bases de pesquisa mais usadas na ciência: Scopus e Web of Science. Essa etapa durará anos para ser concluída, mas com a dedicação de todo corpo, certamente, iremos ser bem-sucedidos na indexação. Dentre as mudanças, cada edição futura contará apenas com 10 trabalhos. Essa constância é bem-vista pelos avaliadores de indexação e iremos levar à risca todas as demandas para cumprir. Ainda, será montado um corpo técnico consultivo internacional que irá alavancar ainda mais a qualidade dos trabalhos. Dentre outras demandas, que serão mencionadas ao longo das próximas edições, ainda teremos reuniões do corpo editorial, reestruturação do fluxo de submissão e demandas com a padronização completa dos termos internacionais da RBC.

Ainda, houve separação da área de Odontologia Legal da Medicina Legal, sendo criada uma nova seção denominada Odontologia Legal e Antropologia Forense, a qual já conta com duas especialistas de alto escalão na área. Essa criação da nova seção consolida mais um movimento de especialização essencial para o amadurecimento das ciências forenses no país, permitindo maior aprofundamento técnico, metodológico e científico nessas áreas. Ao desmembrar a Odontologia Legal da Medicina Legal e conferir-lhe espaço próprio, a revista promove autonomia acadêmica, estimula a produção qualificada e favorece a difusão de estudos mais específicos e robustos. Como resultado, há ganho direto na qualidade das publicações, fortalecimento da comunidade científica especializada e maior alinhamento com padrões internacionais de segmentação do conhecimento pericial.

Com cada nova edição, reafirmamos nosso compromisso em proporcionar um espaço de divulgação científica que valorize a interdisciplinaridade e a inovação na perícia criminal. A diversidade de temas abordados nesta edição, que vão desde crimes contra pessoa e meio ambiente, à entomologia forense, passando por trabalhos de laboratório forense e medicina legal, finalizando com estudo muito interessante sobre incêndios em veículos elétricos, demonstrando o potencial da revista para promover discussões que integram ciência e prática atuais, contribuindo para o aprimoramento das metodologias periciais e para a busca constante de justiça e verdade. Agradecemos a todos os envolvidos na construção desta edição e aos leitores que nos prestigiam, motivando-nos a seguir com entusiasmo na missão de disseminar o conhecimento científico em criminalística.

Na seção de crimes contra pessoa o trabalho, Análise dos levantamentos de locais de crime contra a vida: conformidade com as diretrizes nacionais para a investigação de mortes violentas de mulheres, os autores realizaram

pesquisa aplicada, com auxílio de questionário eletrônico elaborado com o aplicativo Microsoft Forms, com intuito de analisar a conformidade dos procedimentos adotados pelo Núcleo de Crimes Contra a Vida da Polícia Científica do Pará localizado em Belém-PA, e verificar se os peritos do NCCV valorizam com o olhar de gênero evidências de arrombamento, luta corporal, tortura e cárcere privado, violência psicológica, econômica, patrimonial e sexual e a identificação da autoria do crime por meio de coletas de material biológico possivelmente pertencentes ao agressor, desta forma foram elaboradas quatro perguntas relacionadas aos exames do local e sete relacionadas ao exame perinecrocópico. Ao discutir os resultados a desuniformidade de procedimentos no NCCV foi maior em relação ao exame do local, e as razões prováveis para isso são a maior diversidade dos tipos de local e das formas de apresentação dos vários tipos de vestígios encontrados em cenas de crime em relação aos vestígios encontrados exclusivamente no cadáver. Ao final sugere que se adote uma política de avaliação periódica tanto em relação a padronização e uniformização de procedimentos periciais quanto à conformidade de tais procedimentos em relação às diretrizes nacionais para investigação de feminicídios.

Na seção de crimes contra o patrimônio, o trabalho, Combate ao Estelionato Eletrônico no Brasil: análise das condições de investigação ocorridas no Pará, Piauí, Distrito Federal, São Paulo e Paraná, os autores propuseram analisar as condições de combate ao estelionato eletrônico no Brasil com foco em alguns estados representando as cinco regiões, Pará (Norte), Piauí (Nordeste), Distrito Federal (Centro-Oeste), São Paulo (Sudeste) e Paraná (Sul). A pesquisa teve como foco a abordagem qualitativa e exploratória, que se utilizou de fontes documentais e bibliográficas e para a análise comparativa, foram considerados os aspectos como data de criação, estrutura administrativa, recursos, metodologia de investigação, parcerias, capacitação de agentes e estrutura de recebimento de denúncias. Ao final, foi destacada a importância de políticas públicas voltadas para a modernização tecnológica e formação contínua dos agentes no combate a esse tipo de crime.

Na seção de crimes contra o meio ambiente contamos com um manuscrito intitulado “A aplicação da perícia criminal em decisões judiciais de casos de crimes contra a fauna no Estado de Santa Catarina”. Nesse, os autores apresentam e discutem a importância de um profissional com conhecimento sobre a fauna, como Médico Veterinário ou Biólogo, para auxiliar na aplicação da perícia criminal. Dentre os principais apontamentos, foram utilizados laudos de 2018 a 2023 da Polícia Científica de Santa Catarina e jurisprudências, e em ambas as fontes a demanda por perícias ambientais vem aumentando. Apesar de ainda haver um desconhecimento da importância dessas informações no meio jurídico, os autores reforçam a necessidade mais contratações para a área e a capacitação dos servidores na ativa.

Na seção de entomologia forense tivemos um trabalho que investigou a comunidade entomológica associada à decomposição de animais, no caso, colho-doméstico. O manuscrito “Entomofauna cadavérica associada à carcaça de coelho-doméstico (*Oryctolagus cuniculus domesticus*) em Maringá/PR” apresenta informações sobre a diversidade e abundância entomológica no município de Maringá/PR, região essa que ainda possui uma incipiente utilização da entomologia para o entendimento de delitos. Diante de todos os diferentes achados, os autores reforçam dados de que há uma significativa variação das famílias das ordens Diptera e Coleoptera no decorrer dos fenômenos cadavéricos.

Na Seção de Laboratório Forense, esta edição da RBC traz duas revisões alinhadas a desafios atuais da toxicologia forense e do monitoramento de drogas emergentes, em um contexto de constante evolução do mercado ilícito e de exigência por atualização metodológica. Em “*Abordagem sobre o monitoramento de novas substâncias psicoativas em águas residuais: uma revisão de literatura*”, os autores discutem a epidemiologia baseada em águas residuais como ferramenta para observar padrões de consumo de novas substâncias psicoativas, destacando os grupos mais estudados (como catinonas sintéticas e fenetilaminas) e os caminhos analíticos mais frequentes, com ênfase em preparo de amostras e em técnicas cromatográficas acopladas à espectrometria de massas, além do papel de biomarcadores e metabólitos na interpretação. Já “*Canabinoides sintéticos: uma revisão narrativa sobre a interação biológica e as técnicas analíticas utilizadas em exames periciais*” integra aspectos de interação biológica e efeitos toxicodinâmicos aos principais métodos de detecção em matrizes biológicas e materiais apreendidos, ressaltando CG-EM e CL-EM, bem como alternativas instrumentais e técnicas de triagem. O artigo também chama atenção para pontos críticos da rotina pericial, como o preparo de amostras, a identificação de metabólitos, a atualização de bancos de dados e a disponibilidade de padrões analíticos.

A seção de Medicina Legal está recheada nessa edição, com três excelentes estudos, sendo o primeiro de título “*Estimativa do sexo por medidas do úmero*”, o qual explora a aplicabilidade de parâmetros osteométricos do úmero na estimativa do sexo em uma população brasileira do sudeste, a partir da análise de 42 ossos catalogados e mensuração de sete variáveis métricas. Os resultados demonstram dimorfismo sexual estatisticamente significativo em todos os parâmetros, com destaque para a largura epicondilar, que apresentou acurácia de 85,7% na predição do sexo. Apesar das limitações amostrais, os achados reforçam o potencial do úmero como elemento confiável na identificação humana em contextos forenses, especialmente em situações nas quais estruturas clássicas como crânio e pelve não estão disponíveis. Já o trabalho “*Aspectos epidemiológicos do uso de opioides em contexto pericial*”, analisa, sob a perspectiva da medicina legal, os óbitos com detecção de opioides na região metropolitana de Belo Horizonte entre 2006 e 2018, a partir de estudo retrospectivo com 100 laudos necroscópicos. Observou-se aumento da detecção dessas substâncias ao longo do tempo, com predominância de indivíduos do sexo masculino e média etária de 48,9 anos, sendo frequentes as causas e circunstâncias indeterminadas de morte. Embora o impacto dos opioides nas mortes por causas externas ainda se mostre limitado no cenário estudado, o estudo destaca a relevância da vigilância toxicológica e da produção de dados periciais para subsidiar políticas públicas e antecipar possíveis tendências epidemiológicas. E ainda, “*Perfil demográfico das vítimas de suicídio no Brasil*” que, a partir de dados nacionais do Sistema de Informação sobre Mortalidade, traça um panorama epidemiológico do suicídio no Brasil entre 2013 e 2022, evidenciando crescimento expressivo de 55,35% no número de óbitos no período. O perfil das vítimas revela predominância do sexo masculino, com taxas significativamente superiores às femininas, e maior incidência em adultos jovens entre 20 e 39 anos, além de variações regionais relevantes. Os resultados reforçam o caráter crescente do suicídio como problema de saúde pública no país e evidenciam a necessidade de estratégias preventivas baseadas em evidências, com foco na identificação de grupos de risco e no aprimoramento das políticas de saúde mental.

Por fim, a seção de Perícias Em Delitos De Trânsito, temos o trabalho “*Evitabilidade em acidentes de trânsito: Proposta de uma análise dinâmica sob a perspectiva do tempo*” que propõe uma nova metodologia, substituindo a tradicional abordagem espacial — baseada na comparação entre distância disponível e distância de parada — por uma análise espaço-temporal que considera os tempos de deslocamento dos veículos até a região de conflito. Para isso, os tempos de interceptação são tratados como variáveis aleatórias e modelados por simulações de Monte Carlo, permitindo avaliar probabilisticamente a coincidência temporal necessária para que a colisão ocorra. Aplicada a casos reais, a abordagem demonstrou que trajetórias espacialmente conflitantes podem não resultar em colisão quando analisadas sob a ótica temporal, evidenciando que o excesso de velocidade pode ser determinante na formação da condição de conflito. O estudo conclui que incorporar explicitamente o tempo torna a análise pericial mais fiel à dinâmica real dos acidentes.

Encerramos esta edição reafirmando nosso compromisso com a excelência e a disseminação de conhecimento científico de qualidade na área de criminalística. Agradecemos a todos os autores, revisores e colaboradores que tornaram possível a publicação de mais um número repleto de contribuições valiosas. Convidamos a comunidade científica e os profissionais de perícia a continuarem submetendo seus trabalhos e acompanhando nossas publicações, para que possamos, juntos, fortalecer ainda mais o campo da ciência forense e impulsionar o avanço das técnicas e metodologias que sustentam a busca pela verdade e pela justiça.

Que a passagem de bastão seja fidedigna de uma prova de revezamento em que apesar da velocidade feroz da corrida envolvida em conjunto às movimentações aceleradas dos atletas, haja suavidade e sincronismo com a missão da revista de promover e divulgar o desenvolvimento científico e tecnológico das ciências forenses.

Desejamos uma excelente leitura!!!

Corpo Editorial da RBC

Caio Henrique Pinke Rodrigues (FCFRP/USP)

Livia Salviano Mariotto (FFCLRP/USP e INCT Forense, Bolsista CNPq)

Antonio Guaraná Mendes (ICRIM - Timon/MA)

Juliano de Andrade Gomes (IC/PCDF)

Rafael Rodrigues Cunha (IC-SPTC/SP)

Sarah Teixeira Costa (IC-SPTC/SP)